



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

**PRO-REITORIA DE PLANEJAMENTO, AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL**

TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES

OBJETO: Contratação de empresa especializada em obras e serviços do ramo de engenharia/arquitetura para:

**REFORMA DAS CAPELAS E DAS INSTALAÇÕES DE GÁS E ELÉTRICAS
NOS LABORATÓRIOS ÀS SALAS 9-10, 22, 25-26, 38-39, 40-41 E 62-63
NO PAVILHÃO DE QUÍMICA – IQ – CAMPUS SEROPÉDICA – UFRRJ.**

Processo nº 23083.003606/2016-03

Equipe de Planejamento do Serviço – Portaria 1616 / 2021 – PROPLADI

Nº do Protocolo: 23083.0025582/2021-01

1. INTRODUÇÃO

Em razão da recomendação da AGU, expressa em seu modelo de Projeto Básico, apresenta-se como anexo este Termo de Justificativa Técnicas Relevantes, elaborado pelo responsável técnico pelo Projeto Básico, no qual se especifica os chamados pontos fundamentais para a elaboração da minuta de Edital, bem como as respectivas justificativas técnicas, de forma a facilitar a atuação da equipe administrativa do órgão, a plena harmonia de redação entre os instrumentos reguladores do certame e até mesmo a compreensão, pelos licitantes e órgãos de controle, acerca de decisões técnicas adotadas para a adequada satisfação do interesse público.

2. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

No que se refere à técnica de execução do objeto a ser contratado, não será admitida a participação de sociedades cooperativas, pois os serviços envolvidos são usualmente realizados no mercado por empresas de engenharia, existindo, na execução dos serviços, a necessidade de subordinação jurídica dos profissionais com a pessoa

jurídica contratada, pessoalidade e habitualidade.

3. REGIME DE EXECUÇÃO

Conforme explicitado nos comentários do modelo de projeto básico da AGU, quanto ao regime de execução, este deve ser definido pelo gestor.

Acerca da escolha do regime de execução, o Tribunal de Contas da União orienta que:

a) a escolha do regime de execução contratual pelo gestor deve estar fundamentada nos autos do processo licitatório, em prestígio ao definido no art. 50 da Lei nº 9.784/1999;

Esta Coordenadoria recomenda a adoção do regime de execução Empreitada por Preço Unitário. A escolha desse regime foi baseada nas orientações do Tribunal de Contas da União, contidas no Acórdão nº 1977/2013, conforme trecho abaixo transcrito:

“a empreitada por preço global, em regra, em razão de a liquidação de despesas não envolver, necessariamente, a medição unitária dos quantitativos de cada serviço na planilha orçamentária, nos termos do art. 6º, inciso VIII, alínea 'a', da Lei 8.666/93, deve ser adotada quando for possível definir previamente no projeto, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual; enquanto que a empreitada por preço unitário deve ser preferida nos casos em que os objetos, por sua natureza, possuam uma imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários, como são os casos de reformas de edificação, obras com grandes movimentações de terra e interferências, obras de manutenção rodoviária, dentre outras.”

Pelas características da contratação a Empreitada por Preço Unitário permitirá um melhor controle por parte da fiscalização, haja vista que os serviços serão remunerados por unidade executada, melhorando a definição dos custos de obra, diminuindo o risco para a licitante e consequentemente trazendo economia à contratação.

4. PARCELAMENTO DO OBJETO

Em se tratando de serviços comuns de engenharia, a área técnica define que o parcelamento gera conflitos de compatibilização dos sistemas e uma dificuldade na distribuição de responsabilidades futuras, tanto no gerenciamento das diversas empresas, quanto na imputação de responsabilidades.

Além disso, a Administração possui recursos escassos e a contratação de serviços em separado traz uma maior necessidade de distribuição das tarefas entre vários servidores, o que nesse momento poderia inviabilizar a contratação.

Outro ponto que merece destaque é o atendimento a dois princípios básicos da Administração Pública – Economicidade e Eficiência. O primeiro pelos custos diretos e indiretos que seriam acrescidos nas contratações em separado, como fiscalização e utilização de mão de obra da Administração, sem falar nos processos licitatórios e gestões de contratos em separado. Quanto ao segundo, conforme já citado, atualmente não seria possível à realização e fiscalização de vários processos em separado, o que comprometeria o resultado final esperado pelos usuários.

Haverá ainda ganho de escala pela diminuição dos custos de mobilização e desmobilização, custos de administração central e custos de licitação, caso tivesse mais de uma empresa contratada.

Frise-se que a contratação em separado é a regra para o legislador, porém com o intuito de melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, o que não se aplica no presente caso.

Diante da experiência e conhecimento, a equipe opta, com todo o fundamento acima, pela contratação conjunta dos serviços, visando assim um resultado final completo e satisfatório, além de uma racionalização dos recursos da Administração.

5. DIRETRIZES PARA A EXECUÇÃO

LEGISLAÇÕES APLICADAS E ORIETAÇÕES NORMATIVAS

Principais normas e dispositivos legais aplicáveis às obras públicas da União:

- Normas da ABNT e do INMETRO (pertinentes a cada assunto).
- Normas Técnicas do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro.
- Lei nº 13.161/2015 - Contribuição previdenciária sobre a receita bruta.
- Decreto nº 7.983/2013 - Estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências.
- Código Civil, em especial os artigos 1277 a 1313.
- Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010 - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.
- Plano Anual de Contratações da UFRRJ – 2020.
- Normas Técnicas, métodos e especificações aprovados ou recomendados pela

ABTN e Concessionárias de Serviços Públicos.

- Instruções dos fabricantes dos materiais e equipamentos utilizados.
- Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, e legislação correlata;
- Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21/2014, e legislação correlata.

PRÁTICAS DA SEAP – Secretaria Estadual da Administração do Patrimônio

A execução dos serviços deverá observar todas as disposições das Práticas da SEAP para Projeto, Construção e Manutenção de Obras Públicas – Edificações, estabelecidas pelo Decreto no 92.100, de 10/12/85, atualizadas através da Portaria no 2.296, de 23/07/97, doravante denominada simplesmente Práticas da SEAP.

DIRETRIZES GERAIS

A execução dos serviços deverá observar toda a documentação técnica e administrativa criada e que será divulgada juntamente com o edital de licitação, devendo atentar-se para as definições lá estabelecidas.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL/ESTADUAL/FEDERAL

A execução dos serviços deverá observar todas as disposições legais do município, estado e união para execução de serviços de engenharia e afins.

OUTROS DISPOSITIVOS APLICÁVEIS

- Acórdão nº 1977/2013 – TCU – Plenário - Preço Unitário e Preço Global.
- Acórdão nº 2622/2013 – TCU – Plenário - Definição de BDI.
- Acórdão nº 0325/2007 – TCU – Plenário - Garantias.

6. COMPROVAÇÃO DA CAPACIDADE TÉCNICA

As empresas licitantes deverão apresentar documentos relativos à qualificação técnica, sendo eles:

- a) Registro no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), nos ramos de atividade de engenharia elétrica e civil, ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo).
- c) Capacitação Técnica Profissional: Certidão de Acervo Técnico expedida pelo CREA ou CAU, demonstrando execução de obra ou serviço de características semelhantes ao objeto de licitação, sendo a parcela de maior relevância técnica e de valor significativo a execução de instalações elétricas.

7. SUBCONTRATAÇÃO E ADMISSÃO DE CONSÓRCIOS

Seguindo o art. 72 da Lei 8.666/93 que autoriza a subcontratação de partes da obra, admite-se a subcontratação parcial do objeto limitada a 30% dos serviços contratados.

No caso de subcontratação, a Contratada atender as seguintes obrigações adicionais:

- a) Apresentar a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;
- b) Substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.

Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação

Quanto a admissão de consórcios, entendemos que o serviço proposto não se caracteriza como serviço de grande vulto, não cabendo tal associação.

8. SUSTENTABILIDADE

A Contratada deverá utilizar-se de recursos que visem à diminuição do impacto ambiental, de acordo com o disposto na Resolução CONAMA nº 307 de 05/07/2002 (resíduos de construção) e suas atualizações, e na Instrução Normativa nº 1, IN SLTI/MPOG nº 0001/2010, atendendo aos critérios de sustentabilidade ambiental, considerando os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas.

As demais Instruções Normativas também deverão ser observadas pela contratada.

- a) Na execução de Obras ou serviços de engenharia e demais serviços que envolvam a utilização de produtos ou subprodutos florestais (Instrução Normativa nº 21, de 23/12/2014, IBAMA), a contratada deverá utilizar somente matéria-prima florestal procedente de manejo florestal (realizado por meio de Plano de Manejo

Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA), de supressão da vegetação natural (devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA), de florestas plantadas e/ou de outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

b) A contratada deverá comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

b.1) Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

b.2) Cópia dos Comprovaantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, e legislação correlata;

b.3) Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21/2014, legislação correlata e superveniente, válido por todo o tempo e percurso do transporte e armazenamento, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exija a emissão de tal licença obrigatória.

b.3.1) Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a Contratada deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, para fins de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

9. DA FACULDADE DE VISTORIA

Definiu-se como facultativa a vistoria para a realização dos serviços projetados.

Há entendimento de que a melhor definição de valores e quantitativos se dê com total conhecimento das circunstâncias que envolvem a realização do serviço, contudo entende-se também que a licitante tem condições de definir o percentual de risco que

deseja assumir, em considerando um serviço ou conjunto de serviços de natureza comum no ramo da engenharia e arquitetura.

Embora, por conta da arquitetura do prédio e circunstâncias quanto à altura do trabalho, seja recomendado que as empresas realizem a vistoria, o modo de execução sugerido entrega menores riscos a licitante visto que a mesma tem a segurança de receber por cada unidade de medida de serviço realizada.

Todos os itens relatados acima como possíveis de justificar uma obrigatoriedade foram mitigados visando garantir a ampla concorrência, possibilitando ao licitante a escolha.

10. DA ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO

A Coordenadoria de Projetos de Engenharia e Arquitetura possui corpo técnico exíguo para as atividades que envolvem projetos, orçamentação e fiscalização de obras e serviços para atender à UFRRJ. Assim, o certame licitatório fundamentado em projeto básico, estabelecerá como encargo do Contratado a elaboração do projeto executivo de determinadas disciplinas concomitante à elaboração do Projeto Básico.

Entendendo serem esses os apontamentos técnicos utilizados para as definições ao longo de todo o processo de Planejamento da Contratação, encaminho o presente Termo de Justificativas Técnicas para apreciação das autoridades competentes visando a definição dos requisitos para elaboração do Edital da Contratação.

Equipe de Planejamento do Serviço – Portaria 1616/2021 – PROAF Nº do Protocolo: 23083.025582/2021 – 01			
Integrante Técnico	Denis Paulo Filho	Matr. SIAPE	2144414
Integrante Técnico	Gérlia Maria de Carvalho Machado	Matr. SIAPE	0387148



Emitido em 23/08/2021

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 12369/2021 - COPEA (12.28.01.00.07)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 27/09/2021 11:07)

DENIS PAULO NETO

TECNICO EM ELETROTECNICA

COPEA (12.28.01.00.07)

Matrícula: 2144414

(Assinado digitalmente em 24/09/2021 16:38)

GERLIA MARIA DE CARVALHO MACHADO

ENGENHEIRO-AREA

COPEA (12.28.01.00.07)

Matrícula: 387148

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufrrj.br/documentos/> informando seu número:
12369, ano: **2021**, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **24/09/2021** e o código de
verificação: **bd79c50cb8**